



REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM ARTES VISUAIS

PARALELO31

Editorial

O dossiê em torno dos trabalhos apresentados no VII SIGAM – Simpósio Internacional de Gênero, Arte e Memória “Esperanças como potência e prática de resistência” (Pelotas, nov. 2022), reafirma nosso compromisso com a partilha do conhecimento nessa área tão cara ao grupo de pesquisa Caixa de Pandora e ao Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Conferências, palestras e apresentações de pesquisadoras nacionais e internacionais foram sistematizadas na forma de artigos, ensaios visuais e resenhas, devidamente submetidos ao processo de avaliação editorial da revista, para ampliar diálogos e debates a partir deste espaço consolidado de divulgação proporcionado pela Paralelo 31.

Destacamos a variedade de objetos, a experimentação com diferentes linguagens artísticas e o domínio de abordagens segundo as vertentes do feminismo, buscando refletir e, sobretudo, visibilizar a pluralidade e a potência da pesquisa, em viés transdisciplinar. As pesquisas e ações na linha de arte e gênero incorporam, cada vez mais, outras áreas e saberes, apontando para atravessamentos de ordem ética, estética, étnica, política e filosófica que tensionam o campo.

Protagonismos, inovações e transgressões anunciam outros modos de perceber, de atuar, de se inscrever no mundo. Um movimento crescente que viemos acompanhando desde o surgimento do I SIGAM em 2008, um marco de nossas iniciativas

feministas na arte e na academia, visando ativar o papel social da universidade, contribuindo para a formação, revisões e implementação de mudanças.

Este dossiê constitui mais uma iniciativa para fomentar o debate cultural acerca da produção artística em consonância com sua diversidade atual. Desejamos que os textos aqui apresentados referenciem outros estudos e desdobramentos e que reverberem em prol da inclusão e da igualdade

Comissão editorial

Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Pelotas, junho de 2023

Expediente

Edição 20
junho de 2023

Organização do Dossiê

Nádia da Cruz Senna, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Ursula Rosa da Silva, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Rosângela Fachel de Medeiros, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Vanessa Cristina Dias, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil

Comissão editorial

Alice Jean Monsell, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Cláudia Brandão, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Marco Aurelio da Cruz Souza, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Rosângela Fachel de Medeiros, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil

Conselho editorial

Adriane Hernandez, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FRGS, Porto Alegre, Brasil
Analice Dutra Pillar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FRGS, Porto Alegre, Brasil
Angela Raffin Pohlmann, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Daniel Enrique Monje Abril, Universidad Manuela Beltrán/UMB, Bogotá, Colômbia
Fernanda Pereira da Cunha, Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia, Brasil
Gonzalo Vicci Gianotti, Universidad de La República/UdelaR, Montevideo, Uruguai
Helena Galán Fajardo, Universidad Carlos III de Madrid/UC3M, Madrid, Espanha
Laura Inés Catelli, Universidad Nacional de Rosario/UNR, Rosario, Argentina
Leonardo Charréu, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria, Brasil
Leonardo José Sebiane Serrano, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, Brasil
Marcos Villela Pereira, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Brasil
Mirian Nogueira Tavares, Universidade de Algarve/UALG, Faro, Portugal
Nádia da Cruz Senna, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil
Otto Rosales Cárdenas, Táchira-Universidad dos Andes/ULA, Mérida, Venezuela
Paulo Silveira, Universidade Federal de Rio Grande do Sul/FRGS, Porto Alegre, Brasil
Paz Lopez, Universidad Diego Portales/UDP, Santiago, Chile
Raimundo Martins, Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia, Brasil
Ricardo Cristofaro, Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, São Pedro, Brasil
Ursula Rosa da Silva, Universidade Federal de Pelotas/UFPeI, Pelotas, Brasil

Revisão linguística: espanhol

Rosângela Fachel de Medeiros

Revisão linguística: inglês

Alice Jean Monsell

Revisão linguística: português

Adriane Hoffmann; Elisângela Bertolotti

Revisão metodológica e de normas técnicas

Adriane Hoffmann; Elisângela Bertolotti e Fábio Ortiz Goulart

Editoria de arte e diagramação

Dhara Fernanda Nunes Carrara

Núcleo de Apoio aos Periódicos - NAP/UFPeI

Design gráfico

Projeto Gráfico: Lucas Pessoa Pereira
Projeto Web: Adriana Silva da Silva



Capa: Transbordamento. Fonte: Stela Soares Kubiaki

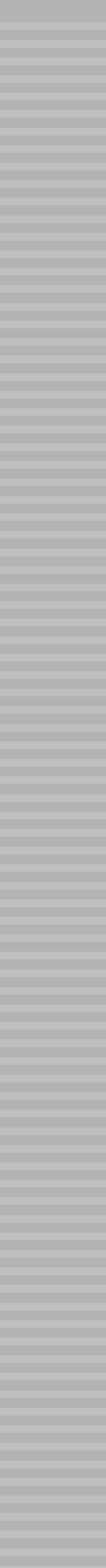
Contracapa: Bordando no jardim: oficina e prática de escuta. Fonte: Júlia Petiz Porto

Sumário

Editorial	2
Expediente	4
ARTIGOS	
A história do Simpósio Internacional Gênero Arte e Memória – SIGAM <i>Nádia da Cruz Senna; Ursula Rosa da Silva</i>	8
Cuerpos, espacio público y activismos de género: la politización de las jóvenes en Argentina <i>Silvia Elizalde</i>	30
La mujer y la migración transfronteriza en el sur de México <i>Paula Ivette Pegueros Vidal</i>	60
Escritoras latinoamericanas: ficciones de (des)esperanzas del siglo XXI <i>Paula Daniela Bianchi</i>	80
Os enigmas de A casa da paixão (2022), de Nérida Piñon <i>Eliane Campello</i>	104
Cumplicidade no processo de criação de Axêro <i>Maria Fonseca Falkembach; Gessi Almeida Könzgen</i>	122
Performar em solicitude: quando o ambiente vira corpo <i>Tatiana Cardoso da Silva</i>	148
ENSAIOS VISUAIS	
Transbordamento <i>Stela Soares Kubiaki</i>	164
Bordando no jardim: oficina e prática de escuta <i>Júlia Petiz Porto</i>	172
RESENHA	
Mostra CineVersatil - Pessoas migrantes e refugiadas LGBTQI+ <i>Larissa Schip</i>	186



artigos



Silvia Elizalde
Doutora em Filosofia e Letras pela Facultad de Filosofía y Letras (FFyLL) da Universidad de Buenos Aires (UBA). Professora de "Comunicação e Recepção". Facultad de Periodismo y Comunicación Social (FPCS), Universidad Nacional de La Plata. (UNLP). Directora Académica do Programa de Atualização em Comunicação, Gêneros e Sexualidades (PACGES/UBA). Pesquisadora Independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Instituto de Pesquisas e Estudos de Género, da UBA.

Cuerpos, espacio público y activismos de género: la politización de las jóvenes en Argentina

Corpos, espaço público e ativismo de género: a politização das jovens na Argentina

Resumen: En este artículo analizo parte del proceso de expansión de los activismos de género y feministas en la Argentina -que está en diálogo con lo que viene sucediendo en gran parte de América Latina- y el papel de las mujeres jóvenes en estas dinámicas de politización. De los muchos aspectos que estos procesos involucran elijo aquí abordarlos desde su dimensión simbólica -representacional y de significación-, en cruce con la pregunta por los cuerpos, los afectos y las condiciones epocales. Materialidades que hacen de la coyuntura reciente y actual de las luchas contra el patriarcado una zona de profunda experimentación política y cultural, con importantes resonancias para el conjunto de las democracias latino-americanas.

Palabras-clave: cuerpo; espacio público; activismo de género; jóvenes argentinas

Resumo: Neste artigo, analiso parte do processo de expansão dos activismos de gênero e feministas na Argentina – que está em diálogo com o que vem acontecendo em grande parte da América Latina – e o papel das mulheres jovens nessas dinâmicas de politização. Dos muitos aspectos que estes processos envolvem, opto aqui por abordá-los a partir da sua dimensão simbólica - representacional e de significação -, em intersecção com a pergunta pelos corpos, pelos afectos e pelas condições de época. Materialidades que fazem da situação recente e atual das lutas contra o patriarcado uma zona de profunda experimentação política e cultural, com importantes ressonâncias para todas as democracias latino-americanas.

Palavras-chave: corpo; espaço público; ativismo de gênero; jovens argentinos



Figura 1: Marcha 8M, 2020, por Silvia Elizalde
Fonte: Registro y acervo de la autora

Introducción

En este artículo analizo parte del proceso de expansión de los activismos de género y feministas en la Argentina -que está en diálogo con lo que viene sucediendo en gran parte de América Latina- y el papel de las mujeres jóvenes en estas dinámicas de politización.

De los muchos aspectos que estos procesos involucran elijo aquí abordarlos desde su dimensión simbólica -representacional y de significación-, en cruce con la pregunta por los cuerpos, los afectos y las condiciones epocales. Materialidades que hacen de la coyuntura reciente y actual de las luchas contra el patriarcado una zona de profunda experimentación política y cultural, con importantes resonancias para el conjunto de las democracias latinoamericanas.

Con este propósito, incluyo en este trabajo algunas fotografías de una amplia selección previa, que pertenecen a distintos eventos de las agendas de género en mi país, desarrollados entre 2018 y 2022, como las marchas del #NiUnaMenos, el paro internacional de mujeres, el día internacional de eliminación de la violencia contra las mujeres, el 8 de marzo, y otras manifestaciones –marchas, acampes, performances- asociadas a las luchas por la legalización del aborto, finalmente convertida en ley en 2020, así como al repudio de expresiones de odio contra lesbianas y disidencias. Las fotografías, con excepción de la que encabeza este trabajo, que tomé con mi celular, son autoría de dos miradas comprometidas con el feminismo y los derechos. Por un lado, las imágenes de la manifestación del llamado “8A” pertenecen a Agostina Chiodi, fotógrafa y politóloga especialista en género, masculinidades y salud adolescente, quién hizo la cobertura fotográfica de la jornada del 8 de Agosto de 2018 en la que miles de mujeres y activistas feministas se autoconvocaron en las inmediaciones del Congreso de la Nación, en la ciudad de Buenos Aires, donde se discutía el proyecto de interrupción legal del embarazo. Al final de ese día, la Cámara de Senadores votó en contra de ese derecho, demorando dos años más su aprobación y desoyendo el reclamo masivo de jóvenes y adultas, de “Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir”.

El otro conjunto de imágenes son autoría de “Matria”, un colectivo feminista mediactivista que funcionó desde 2017 hasta su disolución en 2021 como un medio colaborativo, auto-gestivo y multi-medial con el foco en la promoción de la paridad de género, la lucha contra los estereotipos y el fin de la violencia machista. Me interesan particularmente las imágenes que capta en la calle este colectivo de comunicadoras, y su red de colaboradorxs, por el tipo de mirada que construye sobre quienes marchan y protestan. “No importa a través de qué mires el mundo, si no qué hagas con eso”, dicen sus integrantes en las redes y página web de “Matria”.

[1] IG: quevivalamatria;
web: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com>



Figuras 2: 8M, 2020, por Josefina González para Matria.
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 3: 8M, 2020, por Josefina González para Matria.
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 5: 8M, 2020, por Josefina González para Matria.
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 4: 8A, 2018, por Foto Agostina Chiodi
Fuente: Acervo de Agostina Chiodi



Figuras 6: Marcha del Orgullo, 2016, por Teresa Mir para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 7: 8M, 2020, Cobertura colaborativa para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 8: Tetazo, 2017, por Anna Vallverdú para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figuras 9: Visibilidad lésbica, 2017, por Rocío Curia para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>

De manera elocuente, lo que “vemos” en estas fotografías es lo que las mujeres jóvenes y las disidencias están creando juntas y en las calles. Una praxis que es siempre política y a la vez, una manera de mirar y construir un horizonte presente y un futuro posible. En su entorno, me interesa compartir algunas reflexiones que tienen como objetivo resaltar ya no lo “viejo” y lo “nuevo” de la política callejera feminista, si no las articulaciones y las alianzas que se tejen entre las coyunturas pre y pos pandemia sobre los modos de habitar el espacio público. Pero también, el espesor histórico de las formas sostenidas de “poner el cuerpo” en las luchas por el reconocimiento de derechos, la visibilización de todos los cuerpos, la soberanía sexogenérica y el despliegue del deseo y de la afectividad como dimensiones vitales de la política. Y no como el “afuera” de ella, su sobrante o su exceso, como cierta retórica purista intenta argumentar para despreciar así el

componente visceral y erótico de la afectación mutua de los cuerpos en lucha. De la condición en-carnada de sus demandas en el despliegue performático de las danzas, los cantos, las pelucas fluorescentes y los torsos desnudos tatuados con glitter que atraviesan –y conmueven- el espacio público en clave feminista.

En lo que sigue, focalizo mi análisis alrededor de tres ejes. El primero, referido al papel cultural y político de las jóvenes en las reivindicaciones de género y en la recreación de una memoria de luchas feministas en la contemporaneidad. El segundo, vinculado con el lugar de los cuerpos juveniles y el espacio público pre y pos pandemia. Y el tercero, asociado a los afectos movilizados y a las marcas estéticas impresas por las jóvenes en los procesos de politización de género.

I. Poner el cuerpo, reinventar la memoria

En la Argentina, los activismos de género surgidos de la coyuntura que instaló el movimiento #NiUnaMenos, en 2015, señalan un hito en la historia de la participación de las nuevas generaciones de mujeres en el proyecto cultural y político del feminismo local. Aquella gran movilización masiva contra la violencia de género abrió el camino a una agenda más amplia de reivindicaciones en clave de derechos e inauguró un clima social que encontró a las jóvenes con una inusitada apertura, disponibilidad y habilitación colectiva para sumarse a los tópicos históricos del feminismo. Pero también, a incorporar otros, propios de su experiencia vital, como el acoso callejero, los micromachismos, la exigencia de más educación sexual en las escuelas, y el lenguaje inclusivo como respuesta al binarismo y al androcentrismo lingüísticos.

Rápidamente el impulso inicial del #NiUnaMenos profundizó su alcance y se tradujo en miles y miles de chicas tomando las cal-

les, poblando marchas, asambleas y organizaciones, participando en “pañuelazos”, multiplicando acciones de militancia y debate en sus escuelas, universidades, barrios, familias y redes sociales. El conjunto de estas condiciones creó un caldo de cultivo que les dio valor para salir a la calle, alzar los puños en alto al grito de “Vivas nos queremos” y desplegar un rico y heterogéneo universo de lenguajes, estéticas y prácticas culturales para la expresión pública de su hartazgo ante los femicidios, el acoso y otras formas transversales de agresión de género. Y para demandar a viva voz por la legalización del aborto en la Argentina.





Figura 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17: 8A, 2018, por Agostina Chiodi
Fuente: Acervo de Agostina Chiodi

El 13 de junio de 2018 fue la noche previa a la votación en la Cámara de Diputados del proyecto de ley por la legalización del aborto impulsado por la Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito, luego de reiterados intentos, durante años, para que esa propuesta feminista fuera tratada en el Congreso de la Nación. Con la convicción de acompañar y hacer “fuerza” para que el proyecto fuera aprobado en ese recinto, miles y miles de jóvenes (se habló de un millón) se reunieron frente a la sede del Congreso, en la capital porteña, para pasar la noche en vigilia. Esta presencia masiva no sólo confirmaba la importancia del aborto entre las jóvenes, en su mayoría estudiantes de escuela secundaria y universitarias, sino también su emergente rol estratégico como sujeto político de presión en aquel escenario.

Sin conocer, en muchos casos, la densidad histórica del combate feminista por este derecho, esa noche las chicas montaron un pernocte de “aguante” donde pusieron -como nunca antes en la trayectoria pública de las mujeres jóvenes en este país- el cuerpo propio y el cuerpo colectivo de su generación para pedir por lo mismo que venían bregando las pioneras. En efecto, por primera vez de manera masiva, articularon su demanda urgente por una vida sexual desvin-

culada de la reproducción con la consigna largamente sostenida por las militantes mayores, en un inédito y potente diálogo intragenero e intergeneracional con ellas.

Así, mientras en la calle las “pibas” prendían fogatas para darse calor y el mate circulaba entre todas bajo el enorme manto verde de sus insignias pro aborto, adentro, en el recinto de la Cámara legislativa, varios diputados y diputadas invocaban la metáfora de las “hijas” para nombrar el vínculo cultural, político y afectivo que reunía a jóvenes y adultas en un reclamo común.

De hecho, el fenómeno recibió el nombre de “la revolución de las hijas” por parte del periodismo feminista local, y esta designación operó por mucho tiempo como una representación in toto de las jóvenes “empoderadas”. Sin dudas, la magnitud e intensidad de aquella presencia multitudinaria, pacífica y de una notable dimensión estética y performática de las jóvenes impactó en la arena pública y mediática, que las ungió como las protagonistas de una “marea verde”. Metáfora visual de la profunda transformación cultural impulsada por las mujeres en torno de la autonomía del cuerpo y la capacidad de decidir sobre la propia vida sexual y reproductiva, lograda en parte con la sanción de la ley de interrupción voluntaria del embarazo, dos años después de aquella vigilia.

Por su parte, las luchas contra las violencias de género también se transformaron de manera impactante en la Argentina de la mano de las jóvenes. “La única sangre que debería correr es la menstrual”, decía uno de los cientos de carteles que se alzaron en las primeras marchas del #NiUnaMenos. “Si tocan a una, nos organizamos todas”, decía otro. Como signos de provocación y, a la vez, de protesta, ambas consignas condensan parte de las respuestas culturales de las jóvenes ante un contexto de relaciones de poder que, aún hoy, las vulnera reiteradamente en sus derechos, pese a que ellas se piensan

y se sienten más “empoderadas” que nunca.

Cierto es que este “empoderamiento” juvenil femenino ocurre en condiciones epocales muy precisas. En el presente, las jóvenes –sobre todo las más favorecidas en términos de capital cultural e inclusión social, pero de ninguna manera todas– cuentan con un contexto que las habilita a vivir más libremente su sexualidad, a no estar confinadas a la esfera doméstica como único destino, a ampliar sus márgenes de autonomía económica, a construir sus propias definiciones de pareja e hijos, e incluso, a expandir sus oportunidades y circunstancias de maternidad gracias a las nuevas tecnologías reproductivas. Como en otros países de América Latina, en Argentina, estas posibilidades están hoy respaldadas por distintas leyes en materia de género y sexualidad, que son resultado de largos años de luchas feministas por parte de mujeres, quienes precedieron por décadas a las jóvenes en la ocupación del espacio público para hacer oír sus reclamos. Al mismo tiempo, como indicamos, las chicas también han ido librando recientemente sus propias e intensas batallas contra el patriarcado, en una clave específicamente generacional.



Figura 18: Marcha Justicia por Anahí, 2017, XXX, por Teresa Mir para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 19: Ni Una Menos, 2017, por Evelyn Delgado para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 20: Ni Una Menos, 2017, por Evelyn Delgado para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 21: Ni Una Menos, 2017, por Evelyn Delgado para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 22: Ni Una Menos, 2017, por Evelyn Delgado para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>

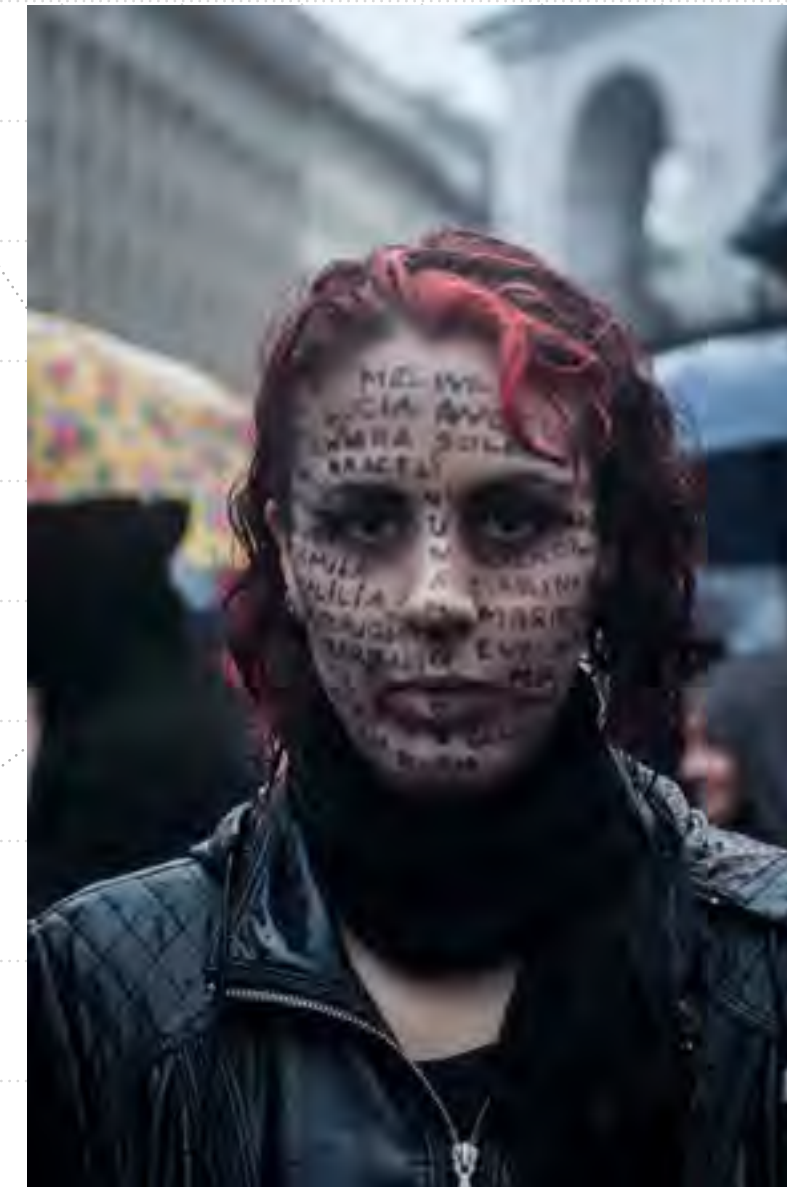


Figura 23: Marcha Miércoles Negro, 2017, por Rocío Curia para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>

Ahora bien, pese a ello, la subordinación de género, el sexismo y la experiencia de la desigualdad —aunque modificadas— siguen siendo parte persistente de la vida cotidiana de muchas jóvenes cada vez que quieren transitar libremente por la calle, vestirse como quieran, salir de noche o viajar sin compañía masculina. También permanecen en una posición vulnerable porque la ausencia sistemática de políticas públicas específicas para ese sector las sigue alejando, sobre

todo a las más pobres, de toda chance de inclusión social sustentable. Y porque siguen siendo objetos de abusos y de violencia sexual, toda vez que la violación es una de las primeras causas de los embarazos de chicas menores de 15 años en el país (CLADEM, 2018; Ministerio de Salud de la Nación, 1018), y que el 30% de los femicidios en la Argentina es contra adolescentes y jóvenes entre 15 y 25 años, a quienes además mayoritariamente se las secuestra y se las agrede sexualmente antes a darles muerte (MuMaLa, 2017 y sucesivos).

“Las pibas asesinadas, además de la edad, tienen algo en común: aparecen muertas después de protagonizar escenas de placer, de puro goce mundano como ir a bailar, comer un asado, disfrutar con otros amigos o amigas. Frente esos cuerpos femeninos empoderados y deseantes y los machos que las matan, hay un hiato. Y en ese hueco encuentra lugar el femicidio”, describió elocuentemente la periodista Florencia Alcaraz (2017, digital), en referencia al asesinato de Araceli Fulles, una joven de 22 años cuyo cuerpo fue hallado 25 días después de su desaparición, en un contexto plagado de elementos macabros y de irregularidades manifiestas en el proceso de intervención policial.

Como se advierte, la reacción social a la mayor soberanía de las mujeres sigue siendo la violencia machista que, de modo ya indisimulado, asume un carácter fuertemente aleccionador para el conjunto. La plenitud de las mujeres se vuelve, de este modo, insoportable.

Por todo esto, las jóvenes hoy siguen experimentando alguna forma de impotencia –miedo, bronca, vulnerabilidad, indignación- ante la violencia de género que puede activarse a cada paso. Pero junto a esto, muchas de ellas encontraron en las luchas feministas -sobre todo, en su dimensión callejera de protesta- la posibilidad de recrear e inventar nuevos lenguajes expresivos desde los cuales desafiar con fuerza el argumento del castigo inminente si se sublevan contra

el control masculino o si se muestran plenas, libres, vitales. Más aún: ensayan distintas respuestas a las prácticas opresivas que insisten en responsabilizarlas del deseo que suscitan. Se resisten a volver la violencia sobre sí mismas y a sentirse culpables, sucias o mancilladas. Por el contrario, se reconocen potenciadas en su valentía compartida para reclamar acciones concretas, justicia y compromiso del Estado, así como para interpelar a los varones en su endeble mascarada de dominio sin fisuras.

II. Des/carnadas. Impactos de la pandemia

¿Dónde quedaron los cuerpos juveniles durante la pandemia por Covid 19? ¿Qué pasó con ellos? ¿Qué políticas corporales fueron posibles en este contexto para las chicas? Si algo dejó claro la instalación del aislamiento como medida sanitaria preventiva para la reducción de los contagios por Covid 19, a comienzos de 2020, fue la centralidad otorgada al control de los cuerpos y el estatuto “riesgoso” que adquirió su eventual circulación por el espacio público y social. Espacio en el que, paradójicamente, los sujetos fundan el significado más básico y “necesario” de comunidad mediante la interconexión tangible con lxs otrxs.

Para el caso de les jóvenes, quienes en su mayoría, en la Argentina, manifestaron al inicio del aislamiento un alto nivel de acuerdo con la medida, la pandemia conmovió profundamente el sentido de sus corporalidades en movimiento: a) para el encuentro y la sociabilidad; b) para la autonomía expresiva y la sexoafectividad; c) para la lucha política contra las desigualdades de género (Elizalde, 2022).

El confinamiento obligatorio enfrentó a les jóvenes a una experiencia extrema en-carnada en sus cuerpos -entendidos por el discurso sanitarista como “vectores de contagio”-: la puesta en suspenso de muchos de sus resortes libidinales y de vínculo con el mundo ex-

tra-doméstico. De forma casi inmediata a la interrupción de las clases presenciales y a la desaparición de miles de empleos informales o precarios, los jóvenes de todas las clases sociales dejaron de tener la vivencia corporal y sensible del encuentro con pares, con posibilidades cotidianas de intercambio, aprendizaje, sociabilidad, expresión pública y disfrute. Experiencias de afectación que sólo ocurren con la presencia de otros y que “solo se dan cuando el cuerpo está un poco más abierto –como dice el filósofo Vir Cano-, no tan temeroso ni ansioso por inmunizarse; allí donde nos recuerda eso que somos irremediablemente: vida-en-común (...) siempre algo más allá de nosotros mismos” (Cano en Dillon, 2020, digital).

Hace ya varios años, Judith Butler señaló el carácter político y social de los cuerpos (2002, 2006). Es decir, su dimensión invariablemente pública, dado el entorno de proximidad física original e involuntaria en el que los cuerpos nacen y se mueven. Dice Butler: “Constituido en la esfera pública como un fenómeno social, mi cuerpo es y no es mío. Entregado desde el comienzo al mundo de los otros, el cuerpo lleva sus huellas, está formado en el crisol de la vida social; sólo más tarde, y no sin alguna duda, puedo reclamar mi cuerpo como propio” (2006: 52).

Como mencionamos al inicio, para muchas jóvenes, en los años previos a la pandemia, salir a la calle a protestar contra los abusos, el acoso y otras formas de violencias sexistas, así como por la legalización del aborto o por más educación sexual, significó una experiencia encarnada de alto contenido político, simbólico y emocional. “Poner el cuerpo”, como consigna y como metáfora de compromiso *visceral* con una causa colectiva, supuso reponer el lazo y la “forma original por la existimos, como cuerpo, fuera de nosotros y para otros” (Butler, 2006: 54).



Figura 24: 8A, 2018, por Agostina Chiodi
Fuente: Acervo de Agostina Chiodi



Figura 25: Tetazo, 2017, por Anna Vallverdú para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 26: 8M, 2017, Cobertura colaborativa para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 27: 8M, 2017, Cobertura colaborativa para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 28: Justicia por Anahí, 2017, por Teresa Mir para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 29: Tetazo, 2017, por Anna Vallverdú para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>

Sin embargo, el sentido mismo de “movilizarse”, en su doble significado físico y político, cambió radicalmente de signo a partir de la pandemia y del aislamiento social. La presencia activa de los cuerpos juveniles, su exposición en el espacio público, y su predisposición para afectar y ser afectados a partir de sus reclamos, se vieron abruptamente frenadas. El exhorto de “quedate en casa” tuvo de inmediato su reverso incumplidor: transgredir la cuarentena pasó a ser algo riesgoso para todes, y casi un gesto “antipolítico”, en el sentido de poco solidario, extensible a cualquier concentración de cuerpos en esta coyuntura.

Aun así, no todes pudieron parar. Los cuerpos cuya función fue considerada “esencial” para el sostenimiento de la salud y de la vida, continuaron. Pero la diferencia entre quienes contaron con permiso para trasladarse, moverse y trabajar, y quienes se vieron sobrecargadas por el también esencial e incesante trabajo de cuidar a otros, pero puertas adentro, dejó un saldo negativo para el conjunto de las mujeres, reproduciendo estereotipos y mandatos sexistas.

En pandemia, lo sabemos sobradamente, el desarrollo de tareas domésticas y de cuidado, y la “carga mental” derivada de estas obligaciones se incrementaron enormemente y su reparto profundizó la inequidad entre los géneros, en detrimento de las mujeres, tanto adultas como jóvenes.

Por otro lado, durante el aislamiento social, la relación entre un “adentro” y un “afuera” operó como un parte aguas con profundas resonancias para los cuerpos, en su investidura sexogenérica. Si por un lado estar “afuera” (en la calle, en presencia de otrxs, a escasa distancia entre sí) nos exponía a riesgos, y la invitación a quedarnos “adentro” (“quedate en casa”) se presentaba como la mejor opción para la autoprotección y la protección de todes, ciertos “adentros” se constituyeron en enclaves de injusticias, dolor, peligro y riesgo de

muerte: abusos, violaciones, violencias, femicidios.

De este modo, y pese al protagonismo político de las jóvenes en los años previos, en reivindicaciones a favor de la autonomía de los cuerpos y contra las violencias, la pandemia significó para muchas chicas, así como para muchxs niños y niñas, un significativo retroceso. No sólo en el reconocimiento y ejercicio de sus derechos vinculados al respeto, la integridad y la dignidad de sus cuerpos, sino también en el plano de su sexualidad, intimidad y su adscripción sexogenérica. Con el mayor tiempo de convivencia con el grupo familiar debido al aislamiento, aumentó la exposición a situaciones de violencia en el hogar. Asimismo, en los inicios de la cuarenta, las búsquedas de mujeres desaparecidas y sospechadas de estar en situaciones de peligro, quedaron en suspenso.

En Argentina, durante los primeros 30 días de aislamiento se recibieron 835 llamados para pedir ayuda y denunciar situaciones de violencia; se reportaron 19 femicidios y las denuncias por violencia de género aumentaron un 39%. En el primer año de pandemia, fueron casi 11 mil los casos de violencias atendidos por la Justicia, de los cuales el 78% tuvieron a niñas, adolescentes y mujeres como víctimas. En el 96% de los casos se trató de violencia psicológica, el 61% de las denunciantes reportó violencia física y el 47% indicó que hubo violencia simbólica, lo que permite inferir el ejercicio simultáneo de distintos tipos de violencias de género sobre las niñas, chicas y mujeres afectadas (OVD, 2021, digital).

Claramente, el contexto de pandemia no habilitó esa posibilidad ni esa potencia expresiva, libre y ciudadana de los cuerpos juveniles que podemos reconocer en las fotografías que aquí reproducimos. En especial, para aquellas niñas y jóvenes que, sin poder salir de sus casas, vivieron el infierno de la violencia y la desigualdad por razones de género. Situaciones que aún hoy permanecen relativizadas en las

prioridades de atención integral del Estado.

Cabe entonces preguntarse y abrir a la reflexión: ¿qué cuerpos para quiénes? ¿Qué derechos, qué justicia, qué deseo para las jóvenes? ¿Cuándo, cómo, de qué modo?

III. Redes, filiaciones, afectos



Figura 30: Marcha Justicia por Anahí, 2017, por Teresa Mir para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 31: 8A, 2018, por Agostina Chiodi
Fuente: Acervo de Agostina Chiodi



Figura 32: 8A, 2018, por Agostina Chiodi
Fuente: Acervo de Agostina Chiodi



Figura 33: 8m, 2017, Cobertura colaborativa para Matria
Fuente: Disponible en: <https://queivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 34: Justicia por Anahí, 2017, por Teresa Mir para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>



Figura 35: Visibilidad Lésbica, 2017, por Rocío Curia para Matria
Fuente: Disponible en: <https://quevivalamatriablog.wordpress.com/fotos/>

Las fotografías que acompañan este texto y dialogan con él muestran de diversas maneras las marcas generacionales, estéticas y afectivas que las jóvenes le vienen imprimiendo a los activismos de género que protagonizan. Muestran también la dimensión espectacularizada de sus acciones y sus performances públicas, y cómo articulan fluida y constantemente sus interacciones cotidianas y de

praxis política con una variedad de lenguajes, soportes y mediaciones tecnológicas. Fueron llamadas por los medios de comunicación como “la generación *glitter*”, por los brillos y purpurinas que se ponen en el cuerpo, por el uso de pelucas llamativas, por sus cuerpos desnudos, sus maquillajes y sus prendas provocativas que procuran todo el tiempo concentrar la mirada en ellas. “Ahora que sí nos ven” es uno de los slogans favoritos para plantear a partir de ahí, de esa mirada fija en las jóvenes y de la honestidad de sus cuerpos rebeldes, furiosos y vitales, sus reclamos por derechos.

Otro signo novedoso de esta politización de género se vincula con las emociones y los afectos que circulan en estas formas de poner el cuerpo en el espacio público, que está relacionado con la complicidad y las alianzas que las jóvenes han establecido con las feministas más grandes, las históricas. Esta articulación intergeneracional se ha convertido en una actoría política doblemente enriquecida. Las mayores proveen estrategia, persistencia y argumentación sólida; las chicas, su potencia movilizadora y expresiva, la transversalización social de la agenda de género, la masividad de una lucha hecha cuerpo, y la visibilidad mediática y viral. Así, se han construido tramas de relaciones, sensibilidades y afectos de enorme significatividad; dinámicas de filiación política con madres, abuelas, y otras adultas a partir de la puesta en valor de sus saberes y experiencias de lucha contra la opresión patriarcal (Elizalde, 2018).

Estas nuevas genealogías políticas femeninas vienen construyendo memoria y marcos de reconocimiento, sororidad y referencia intragénero. Crean una malla de solidaridad, contención, apoyo mutuo y conocimiento legado de generación en generación en torno de una cultura femenina no competitiva sino empática, contraria a la violencia y a los mandatos opresivos del patriarcado, y promotora del propio poder.

“Somos las nietas de las brujas que nunca pudiste quemar”, pintan en carteles y remeras las pibas. Y también cantan: “Por nuestras ancestras estamos acá. Estamos en lucha, estamos acá”.

Sus voces –ese adelanto del cuerpo- llegan nítidas a nosotros/as, para ser escuchadas. Pero sobre todo, para interpelarnos.-

REFERÊNCIAS

ALCARAZ, Florencia. No la buscaron (el femicidio de Araceli Fulles). **Revista Anfibia**, Abril de 2017. Disponible en: <http://www.revistaanfibia.com/cronica/no-la-buscaron/>. Acceso: 29 mar. 2023.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CLADEM. Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres (CLADEM). **Datos sobre niñas y jóvenes madres en la Argentina**, 2018. Disponible en: <https://www.facebook.com/cladem.arg>. Acceso: 29 mar. 2023.

DILLON, Marta: Un diálogo desde la fragilidad y la incertidumbre. Entrevista a Virginia Cano y Tamara Tenenbaum. **Página 12**, 2020. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/258457-un-dialogo-desde-la-fragilidad-y-la-incertidumbre>. Acceso: 29 mar. 2023.

ELIZALDE, Silvia. Hijas, hermanas, nietas: genealogías políticas en el activismo de género de las jóvenes. **Revista Ensamblés**, año IV, n. 8, 2018.

ELIZALDE, Silvia. (Des)afectar el cuerpo: resonancias de la pandemia. *In*: VOMMARO, Pablo (editor). **Experiencias juveniles en pandemia**: ¿cómo habitan la pandemia las juventudes y qué cambió en su vida cotidiana? Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2022. p. 59- 75.

Ministerio de Salud de la Nación. **Estadísticas Vitales (2010 a 2015)**: partos nacidos vivos de menores de 15 años. Dirección de Estadísticas e Información de Salud, 2018. Disponible en: <http://www.deis.msal.gov.ar/>. Acceso: 29 mar. 2023.

Mujeres de la Matria Latinoamericana (MUMALA). “Registro de Femicidios”, Observatorio de la Violencia contra las Mujeres, 2017, digital. Disponible en <http://www.observatorioniamenos.org.ar> Acceso: 29 mar. 2023.

Oficina de Violencia Doméstica (OVD). Corte Suprema de la Nación. **Casos atendidos durante la pandemia por Covid-19**. Buenos Aires, 2021. Disponible en: <https://www.ovd.gov.ar/ovd/archivos/ver?data=5340> Acceso: 29 mar. 2023.